

## IMPORTAÇÃO E CONSUMO DE VINHO BÉTICO NA COLÓNIA ROMANA DE *SCALLABIS* (SANTARÉM, PORTUGAL)

*Ana Margarida Arruda<sup>1</sup>*

*Rui Roberto de Almeida<sup>2</sup>*

*UNIARQ., Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras,  
Lisboa.*

### **RESUMO**

As escavações arqueológicas realizadas em Santarém, a colónia romana de *Scallabis*, permitiram recolher um apreciável conjunto de ânforas de proveniência bética, que testemunham o consumo, durante a época romana, de vinho produzido na actual Andaluzia.

Os dados estratigráficos observados, e as consequentes associações de espólios, possibilitaram o estabelecimento de parâmetros cronológicos, mais ou menos seguros, para este consumo. Assim, estamos habilitados a dizer que as importações de vinho bético, maioritariamente envasado em ânforas da Classe 15 (=Haltern 70), se iniciaram, neste sítio, nos finais da época republicana, concretamente no início do terceiro quartel do século I a.C., tendo atingido o seu auge a partir dos momentos finais deste século, mais exactamente durante o reinado de Augusto.

<sup>1</sup> Investigadora da UNIARQ. Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras, P 1699 Lisboa Codex.

<sup>2</sup> Colaborador da UNIARQ. Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras, P 1699 Lisboa Codex.

## RESUMEN

Las excavaciones arqueológicas realizadas en Santarém, la colonia romana de *Scallabis*, permitieron recoger un apreciable conjunto de ánforas de proveniencia bética, que testimonian el consumo, durante época romana, de vino producido en la actual Andalucía.

Los datos estratigráficos observados, y las consecuentes asociaciones de materiales, posibilitaron el establecimiento de parámetros cronológicos, más o menos seguros, para este consumo. Así, podemos decir que las importaciones de vino bético, mayoritariamente envasado en ánforas de la Clase 15 (=Haltern 70), se iniciaron, en este lugar, a finales de la época republicana, concretamente a inicios del tercer cuarto del siglo I a.C., alcanzando su auge a partir de los momentos finales de este siglo, exactamente durante el reinado de Augusto.

## ABSTRACT

The archaeological excavations that took place in Santarém, the roman colony of *Scallabis*, enabled us to gather a remarkable set of baetican amphorae that testify wine's consumption coming from Andalusia, during the roman period.

The chronological limits of that consume have been achieved using both stratigraphical data and archaeological materials. Thus, we can say that the baetican's wine importation, mostly bottled in Class 15 (=Haltern 70) amphorae, has begun in *Scallabis* by the end of the republican period, mainly during the third quarter of the first century b.C.. The importation's peak occurred by the end of this century, particularly at Augustan period.

## 1. Introdução

A actual cidade de Santarém, localizada na margem direita do antigo estuário do Tejo a cerca de 80 Km de Lisboa, corresponde à colónia romana de *Scallabis*. Não restam hoje dúvidas que foi no planalto onde se viria a instalar a Alcáçova Medieval que, sobre um povoado da Idade do Ferro, César fundou, durante o seu pretorado na Ulterior, o acampamento militar conhecido nas fontes clássicas por *Scallabis Praesidium Iulium*.

A data exacta da criação da colónia continua, no entanto, ainda hoje, a gerar alguma controvérsia<sup>3</sup>, apesar de estar completamente descartada a hipótese de ela poder ser atribuída ao reinado de Augusto, como pretenderam Garcia Bellido e Garlsterer-Krol<sup>4</sup>, certamente baseados no facto de alguns cidadãos de *Scallabis* estarem inscritos na tribo

3 V. Mantas, "As fundações coloniais no território português nos finais da república e inícios do Império", in: *Actas do III Congresso Peninsular de História Antiga (1990)*, Coimbra, 1993, pp.467-500; A. M. Arruda e C. Viegas, "A roman temple in Santarém – Portugal", *Journal of Iberian Archaeology*, 1, Porto, (no prelo); A.M.Faria, "Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, número 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa 1999, P. 29-50.

4 A. Garcia Bellido, "Las colonias romanas de la Provincia Lusitana", *Arqueologia e Historia*, 8ª série, 8, 1958, pp.13-23; B. Garlsterer-Krol, "Zu der spanischen stadtlisten der Plinius", *Archivo Español de Arqueologia*, 42, CSIC, Madrid 1975, p. 117-128.

Galéria. A discussão centra-se agora em saber se a colónia de *Scallabis* foi uma fundação póstuma do ditador, embora por ele projectada, como afirmou Vasco Mantas, ou se, pelo contrário, a colónia foi fundada ainda em vida de César, por exemplo em 48 a.C., no momento em que abandonou a Hispânia, depois de ter vencido os legados de Pompeio, em Ilerda<sup>5</sup>.

Entre 1983 e 1997, várias campanhas de escavações arqueológicas tiveram lugar no planalto da Alcáçova de Santarém, tendo-se escavado uma área de cerca de 550 m<sup>2</sup>, o que permitiu conhecer, relativamente bem, as sucessivas fases da sua ocupação humana. A Alcáçova de Santarém é um sítio arqueológico com uma ampla diacronia, cuja primeira ocupação data dos inícios do século VIII a.C., ocupação essa que se relaciona directamente com a presença comercial fenícia no estuário do Tejo<sup>6</sup>.

Para além de importantes vestígios arquitectónicos, datados dos inícios do reinado de Augusto, nomeadamente o *podium* de um templo, as escavações arqueológicas permitiram identificar níveis de época republicana relativamente bem conservados, onde se recolheu um abundante espólio arqueológico.

Assim, podemos afirmar que as primeiras importações romanas se verificaram, ainda, durante o século II a.C., mais concretamente, no decorrer do segundo quartel deste século. Ainda de época republicana, mas do seu momento final, devemos destacar a quantidade e a diversidade dos produtos importados, concretamente cerâmica campaniense, enquadrável nos fabricos *a*, *b* e *b-oïde*, cerâmica de paredes finas (Mayet III, Ricci I/40-44; Mayet VIII, Ricci I/189-199), ânforas - Classes 3, 4, 5 (=Dressel 1A, 1B e 1C, respectivamente), 8 (=Lamboglia 2), 10 (=Dressel 2/4), 15 (=Haltern 70), 32 (=Maña C)<sup>7</sup> e 67<sup>8</sup> - e *terra sigillata* oriental<sup>9</sup>.

Os níveis imperiais foram, infelizmente, bastante mais afectados pela construção de silos subterrâneos durante a ocupação islâmica, o que dificulta uma análise mais aprofundada. Pode, no entanto, afirmar-se que o início da época imperial está igualmente bem representado neste sítio, nomeadamente através de moedas, cujas cunhagens são atribuídas a P. Carísio, de cerâmicas finas de importação (*terra sigillata* itálica e paredes finas) e de produtos alimentares envasados em ânforas da Bética - Classes 14 (=Dressel 12), 15 (=Haltern 70), 16 (=Dressel 7-11), 17 (=Beltran I), 24 (=Dressel 25, oberaden 83), 25 (=Dressel 20) e 32 (=Maña C)<sup>10</sup>.

O estudo da *terra sigillata*, actualmente em curso<sup>11</sup>, permite afirmar que, durante o reinado dos júlio-cláudios, a Alcáçova de Santarém detinha, ainda, uma considerável importância, como é provado pelo elevado número de importações itálicas e sud-gálicas.

5 Vide nota 3.

6 A. M. Arruda, "A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular", *Estudos Orientais*, 4 (Actas do Encontro "Os fenícios no território português"), Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993, pp. 193-214.

7 A tipologia utilizada neste trabalho é a de Peacock e Williams. Cf. D.P.S. Peacock & D.F. Williams, *Amphorae and the Roman Economy. An Introductory Guide.*, Longman, London, 1986.

8 Para a definição e caracterização da Classe 67 veja-se C. Fabião, *Sobre as Ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Cadernos da UNIARQ, I, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1989.

9 A. M. Arruda e R. R. Almeida, "As ânforas da Classe 32 na Alcáçova de Santarém (Campanhas de 1983-91)", *Conímbriga*, 36, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1998; A. M. Arruda e R. R. Almeida, "As importações de vinho itálico para o território português. Contextos, cronologias e significado", In: *Actas da III Table Ronde sur la Lusitanie Romaine*, Madrid, (no prelo).

10 *Ibid.*

A partir dos finais do século I d.C., é notória a diminuição das importações de cerâmicas finas e de produtos alimentares, tendência que se acentuou a partir de meados do século II d.C.. Um ligeiro aumento da capacidade económica dos habitantes da Alcáçova de Santarém é visível a partir dos finais do século III, momento em que as importações voltam a surgir em número considerável, perdurando durante o século IV e V. Estas, no entanto, nunca voltariam a aproximar-se dos números atingidos durante a época tardo-republicana e primeiros momentos do império.

## **2. O Panorama das Importações de Ânforas Béticas em Santarém.**

Para além do vinho, objecto de tratamento específico neste trabalho, Santarém importou, também da Bética, logo a partir dos finais da república, outros produtos alimentares envasados em ânforas, como é o caso do azeite e dos preparados piscícolas. Este facto está claramente comprovado pelo aparecimento, neste sítio, dos típicos contentores originários do vale médio do Guadalquivir e do litoral da actual Andaluzia (Algeciras e Baía de Cádiz). O primeiro dos produtos era envasado em contentores integráveis nas Classes 24 (=Dressel 25, oberaden 83) e 25 (=Dressel 20), enquanto os preparados de peixe eram transportados em ânforas das Classes 14 (=Dressel 12), 16 (=Dressel 7-11), 32 (=Maña C) e 67. É importante referir aqui que apenas as ânforas das Classes 16 (=Dressel 7-11), 32 (=Maña C) - e escassos exemplares da Classe 14 (=Dressel 12) - parecem ter origem no litoral andaluz. As restantes ânforas, oleárias e de preparados piscícolas - Classes 14 (=Dressel 12), 24 (=Dressel 25, oberaden 83), 25 (=Dressel 20) e 67 -, possuem pastas e engobes que permitem, facilmente, identificá-las como produções do médio Guadalquivir.

Um outro dado a ter em conta, para além da sua presença, é a cronologia destas importações. O estudo do material recolhido em Santarém permite afirmar que as importações béticas aqui referidas pertencem, maioritariamente, aos primeiros momentos da produção de ânforas nesta região. Precisando melhor, podemos dizer que o consumo dos produtos béticos se iniciou em meados do século I a.C., apesar de o auge desse consumo ter ocorrido durante o terceiro quartel e os finais deste mesmo século. Relativamente ao azeite, por exemplo, deve dizer-se que, no conjunto das ânforas da Classe 25, os exemplares que podem datar-se de época flaviana são muito escassos (20% do total das ânforas oleárias), predominando, no entanto, os exemplares de morfologia mais arcaica, integráveis nas Classes 24 / 25 (=Dressel 25 / Dressel 20)<sup>12</sup>. O conjunto das ânforas de preparados piscícolas - Classes 14 (=Dressel 12), 32 (=Maña C) e 67 - indicia, também, datas do terceiro quartel do século I a.C., e apenas as da Classe 16 (=Dressel 7-11) se aproximam do seu final, podendo, com facilidade, atingir a 1ª metade do século I d.C.

A importação de produtos alimentares provenientes da Bética iniciou-se pois, em Santarém, num momento relativamente antigo, tendo os preparados piscícolas, o azeite e, como se verá, o vinho, principalmente o da região do Guadalquivir, sido consumidos em

<sup>11</sup> C. Viegas, em preparação.

<sup>12</sup> As reservas que colocamos à atribuição numa ou noutra classe residem no facto de estarmos a lidar com uma amostra constituída, essencialmente, por fragmentos de lábios, colos e asas.

<sup>13</sup> Independentemente da, ainda, actual discussão em torno do real conteúdo destas ânforas, é a estes contentores que se atribui o papel de envase e de transporte dos vinhos produzidos na Bética, referidos por Estrabão.

quantidades consideráveis, ainda durante a época republicana. Estes consumos viriam, como já foi dito anteriormente, a sofrer um acentuado decréscimo a partir dos finais do século I d.C., acompanhando a tendência generalizada da diminuição das importações verificada a partir do período flaviano, facto cuja interpretação se poderá relacionar com a perda de importância de *Scallabis* em detrimento de *Olissipo*.

### 3. As Ânforas Vinárias: as classes representadas.

#### 3.1. A Classe 15 (=Haltern 70).

As ânforas da Classe 15 (=Haltern 70), destinadas a exportar o vinho da *Hispania* meridional<sup>13</sup>, foram largamente produzidos nesta região, designadamente na área do médio Guadalquivir, bem como na baía gaditana<sup>14</sup> e em Algeciras<sup>15</sup>. Foram amplamente difundidas por todas as províncias do Império, desde a *Britannia* à Península Itálica, iniciando-se o seu fabrico e exportação a partir de meados do século I a.C., senão mesmo no segundo quartel desta centúria<sup>16</sup>.

A sua presença nos circuitos comerciais e nos centros de consumo começa a fazer-se sentir a partir dos momentos finais da República, embora seja durante o período julio-claudiano que este tipo atinge a sua maior difusão. É, precisamente, ao final deste período que se atribui o *terminus* da sua produção, dada a sua generalizada ausência em contextos arqueológicos atribuíveis à época flaviana<sup>17</sup>. Contudo, não deve ser descurada a hipótese de o seu fabrico poder perdurar até ao final do século I, ou mesmo inícios do século II d.C., ainda que, com menor expressão<sup>18</sup>.

As ânforas da Classe 15 (=Haltern 70) recolhidas em Santarém correspondem a 79% das importações de vinho bético, constituindo, pois, o contentor preferencial deste produto. Os exemplares estudados possuem, na sua maioria, lábios altos, ligeiramente exvasados e pouco espessos (Fig. 2, nos. 7, 10, 11, 13, 14, 15). Gostaríamos de realçar que em algumas das peças (Fig. 2, nos. 8, 9) os lábios delimitam bocais de menores dimensões, com perfis mais verticais, e logicamente menos exvasados, proporcionando ânforas que parecem inspirar-se, directamente, em modelos itálicos. Os dados disponibilizados pelas escavações em Santarém não permitem interpretar a existência desta variação formal em termos cronológicos, uma vez que ambas as variantes coexistem. Apesar de não ser impossível pensar que os últimos exemplares referidos possam

14 L. Lagóstena Barrios, *Alfarería Romana en la Bahía de Cádiz*, Universidad de Cádiz, Cádiz, 1996.

15 A. Tchernia, "Les Amphores Vinaïres de Terraconaise et leur Exportation au Debut de L'Empire", *Archivo Español de Arqueología*, 44, 1971, pp. 38-85.

16 Segundo a nova datação proposta para o naufrágio de Madrague des Giens. Cf. A. Tchernia, "Contre les Épaves", in: A. Duval, J.-P. Morel e Y. Roman (eds.), *Gaule Interne et Gaule Méditerranéenne aux IIe et Ier Siècles avant J.-C.. Confrontations et Chronologies*, Supp. 21 de *Revue Archéologique Narbonnaise*, 1990, p.296.

17 A evidência mais tardia continua a ser a de Colchester Sheepen, na Grã-Bretanha, onde os exemplares desta classe estão contextualmente bem datados de 60-61. Cf. P.R. Sealey, *Amphoras from the 1970 Excavations at Colchester Sheepen*, B.A.R. British Series, 142, Oxford, 1985.

18 Segundo resultados de intervenções na cidade de Roma, as ânforas da Classe 15 (=Haltern 70) estão presentes nos inícios do século II. No entanto, o carácter preliminar destes resultados não permite precisar com segurança qual o seu real significado. Cf. A. Ciotolla et alii, "Roma: Tre Contesti: 1. Via Nova-Clivo Palatino, 2. Crypta Balbi, 3. Via Sacra-Via Nova", in: *Amphores et Histoire Économique: Dix Ans de Recherche*, Collection de L'École Française de Rome, 32, Rome, 1989, pp.656-659.



pertencer a um momento imediatamente anterior aos da Classe 15 (=Haltern 70) ~~clássica~~, outras interpretações são passíveis de ser equacionadas.

Deve, no entanto, referir-se que os dois tipos de lábio apresentam pastas ~~engobes~~ e características de fabrico, que permitem integrá-los, sem hesitação, nas típicas produções do médio Guadalquivir.

É indiscutível que esta Classe surge em Santarém em níveis datados da ~~segunda~~ metade do século I a.C., mais exactamente, do início do terceiro quartel, níveis esses que ainda oferecem ânforas da Classe 3-5 (=Dressel 1) em quantidades apreciáveis.

### 3.2. Classe 15A<sup>19</sup> (=Haltern 70 «unusually small variant»)?

As escavações na Alcáçova de Santarém proporcionaram a recolha de vários fragmentos de bordo que, pelas características formais que apresentam, nos suscitam dúvidas quanto à sua classificação. Trata-se de bordos semelhantes aos da Classe 15 (=Haltern 70), que, no entanto, apresentam diâmetros menores e uma altura inferior, oscilando entre os 3,5 e 4 cm (Fig.2, nos. 1, 2, 3).

O facto de estarmos a lidar apenas com fragmentos de lábios não favorece uma determinação exacta da forma, nem fornece contributos para o debate que sobre estas ânforas se acentuou a partir da publicação do naufrágio de Port Vendres<sup>20</sup>, trabalho onde, pela primeira vez, se colocou a hipótese de estas constituírem um protótipo das clássicas Classe 15 (=Haltern 70). Também os investigadores ingleses D. Peacock e D. Williams, atendendo às afinidades existentes entre esta forma e a Classe 15 (=Haltern 70), propriamente dita, definiram-na como uma variante de menores dimensões e corpo ovóide, que designaram como «unusually small variant»<sup>21</sup>. A sua integração em formas oleárias, por exemplo na forma 24 de Dressel, sempre mal caracterizada<sup>22</sup>, estava pois nos finais da década de 80 quase completamente descartada. Actualmente, esta hipótese ganhou outros contornos, sobretudo após a publicação do trabalho sobre as ânforas béticas de azeite na Catalunha, onde exemplares passíveis de serem integrados na variante A da Classe 15 (=Haltern 70) foram considerados como pertencentes aos primeiros momentos da produção de ânforas oleárias na Bética<sup>23</sup>.

Independentemente de todo o debate que estas ânforas já suscitaram, tanto ao nível do seu conteúdo como ao nível da classificação tipológica, pensamos que os exemplares recolhidos em Santarém podem, efectivamente, pertencer a ânforas da variante «small» da Classe 15 de Peacock e Williams. De facto, as características que apresentam ao nível da morfologia dos lábios aproximam-nas mais dos tipos das ânforas vinárias do que das oleárias mais antigas<sup>24</sup>, independentemente de ambos os tipos possuírem corpo ovóide.

19 Sobre a variante A da classe 15 (=Haltern 70) Cf. C. Fabião, *ob. Cit.*, pp. 61-64.

20 D. Colls *et alii*, "L'Épave de Port-Vendres II et le Commerce de la Bétique à l'Époque de Claude", *Archaeonautica*, 1, 1977.

21 D.P.S. Peacock & D. Williams, *ob. Cit.*, p.115.

22 F. Zévi, "Appunti sulle anfore romane. I - La tavola tipologica de Dressel", *Archaeologia Classica*, 18, pp.208-247.

23 P. Berni Millet, *Las Ánforas de Aceite de la Bética en la Cataluña Romana*, Col. Lección Instrumenta, 4, Universitat de Barcelona, Barcelona, 1998., pp. 26-32

24 *Ibidem*.

### 3.3. Os Grafitos.

Cerca de 50% dos fundos recolhidos integráveis na classe 15 (=Haltern 70) registavam a presença de marcas esgrafitadas *ante cocturam*. Trata-se, pois, de um lote considerável, pelo que julgámos pertinente proceder à sua inventariação e, paralelamente, sumariar algumas considerações. Os grafitos foram agrupados arbitrariamente em oito tipos (Fig.1.3), a saber: círculos ou traços simples incisos (*tipo I e II*); possíveis letras soltas, designadamente um C, um S desenhado na horizontal, um O, um V e um Y invertidos (*tipos III, IV, V, VI e VII*, respectivamente); motivo cruciforme isolado (*tipo VIII*). O *tipo VII* é o mais representado.

Embora o grau de informação passível de ser extraído da análise dos grafitos *ante cocturam* seja manifestamente reduzido, relativamente ao dos *tituli picti* ou das marcas estampilhadas, esta não deve ignorada, principalmente no caso das ânforas da Classe 15 (=Haltern 70), cujo panorama epigráfico se apresenta tão pobre, quando comparado com o actualmente disponível para as ânforas da Classe 25 (=Dressel 20).

Os grafitos *ante cocturam* devem ser entendidos não como um gesto aleatório, desprovido de significado, mas como parte integrante da organização dos centros oleiros no processo produtivo das ânforas. Uma ânfora era produzida em várias partes e os grafitos *ante cocturam* eram escritos no decorrer das distintas etapas da cadeia produtora, para anotar com uma sigla, um número, ou mesmo um nome, o controle da produção. Terminando-se a operação, estas marcas de controle da produção, esgrafitadas na base das ânforas, tornavam-se inoperativas, visto que ficavam ocultas e com a leitura invertida<sup>25</sup>.

Estes grafitos, com as suas inúmeras variantes, encontram-se bem documentados em exemplares da classe 25 (=Dressel 20) e do tipo Tejarillo I<sup>26</sup>. Nas ânforas da classe 15 (=Haltern 70) aparecem frequente, e quase exclusivamente, nos fundos cônicos, sob a forma de letras soltas invertidas. Situação idêntica é verificável para os mais antigos exemplares oleários, de morfologia ovóide, enquadráveis nas Classes 24 / 25 (=Dressel 25, / 20, oberaden 83), genericamente datados dos finais do terceiro quartel do século I a.C.<sup>27</sup>. Este tipo de grafitos poderá, ao que tudo indica, encontrar-se vinculado a iniciais de nomes de oleiros, não sendo de excluir a possibilidade de se tratarem de números romanos, escritos segundo um sistema de abreviaturas latinas utilizado na Antiguidade<sup>28</sup>.

### 3.4. As Classes 3/5 (=Dressel 1) e 10 (=Dressel 2-4).

Durante o século I a.C., as províncias romanas ocidentais, que tinham já uma longa tradição no fabrico de ânforas, começaram a produzir tipos anfóricos que reproduziam as formas dos contentores vînicos itálicos. Este facto, que parece traduzir um fenómeno de "romanização" dos contentores, e não uma reorientação da produção em favor de novos

25 P. Berni Millet, *ob. Cit.*, p.23

26 Nas panças dos exemplares da Classe 25 (=Dressel 20), recolhidos no Monte Testaccio, aparecem frequentemente grafitos de grandes dimensões, letras soltas, siglas, símbolos, ou mesmo textos. Por sua vez, nos colos dos exemplares desta classe e nos do tipo Tejarillo I, os grafitos predominantes são os numerais e as letras soltas. Cf. *ibidem*.

27 À similitude epigráfica destas formas não deve ser alheio o facto de, muito provavelmente, estarmos perante os mesmos centros produtores.

28 P. Berni Millet, *ob. Cit.*, p.23

artigos<sup>29</sup>, pode ser, de acordo com o actual estado dos nossos conhecimentos, localizado num momento impreciso da primeira metade do século I a.C.

As primeiras formas alvo de produção local são, obviamente, as itálicas. Actualmente conhecem-se, no espaço peninsular, fabricos locais de ânforas das Classes 3/5 (=Dressel 1) em alguns centros oleiros da Andaluzia, particularmente na região gaditana<sup>30</sup>, e na Tarraconense<sup>31</sup>. Como é sabido, estas produções são também conhecidas na Gália do Sul e em Lyon<sup>32</sup>.

Nas províncias ocidentais, designadamente na Gália, na Bética<sup>33</sup> e na Tarraconense<sup>34</sup>, a produção de ânforas da Classe 10 (=Dressel 2/4) terá começado num momento "imediatamente" posterior à produção italiana desta Classe, embora ela não seja, aparentemente, anterior à época de Augusto<sup>35</sup>. O âmbito cronológico do seu fabrico/ difusão está, assim, compreendido entre os finais do século I a.C. e os meados do século I d.C., não sendo, actualmente, plausível o estabelecimento de uma maior diacronia de utilização para uma produção tão localizada<sup>36</sup> e com uma expressão tão reduzida.

As ânforas das Classes 3-5 (=Dressel 1) de produção bética presentes em Santarém são em número reduzido, representando apenas 7% das importações de vinho daquela província romana para esta cidade. Deve também referir-se que a totalidade destas importações é proveniente da área litoral, compreendida entre Cádiz e Algeciras, dadas as características de fabrico que os nossos exemplares apresentam.

Também quanto ao número, as ânforas da Classe 10 (=Dressel 2-4) são pouco representativas no conjunto da amostra, cerca de 5% do total das ânforas vinárias béticas. No entanto, ao contrário do que acontece com as das Classes 3-5 (=Dressel 1), foram, na totalidade, produzidas na região do médio Guadalquivir. De facto, as características petrográficas que estes exemplares apresentam são em tudo idênticas às das Classes 15 (=Haltern 70) e 25 (=Dressel 20), o que nos possibilitou, sem dificuldades, a sua atribuição a esta região produtora, situação, aliás, já verificada em outros centros de consumo<sup>37</sup>. Resta-nos, ainda, referir que uma das asas atribuída a esta Classe não é uma verdadeira asa bífida, mas sim uma asa com dois sulcos em ambas faces, o que lhe confere o aspecto desejado, característica que é relativamente frequente nestas produções hispânicas<sup>38</sup>.

29 C. Fabião, "O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.1, nº1, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 1998, p.178.

30 M. Beltran Lloris, "Problemas de la morfología y del Concepto Historico-Geográfico que Recubre la Noción Tipo. Aportaciones a la Tipología de las Anforas Béticas", in: *Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores*, Collection de l'École Française de Rome, 32, Rome, 1977, pp.97-131.; Cf. L. Lagóstena Barrios, *ob. Cit.*

31 J. Miró, *La Producción de Ánforas Romanas en Catalunya. Un Estudio Sobre el Comercio del Vino en la Tarraconense (siglos I a.C.- I d.C.)*, B.A.R., International Series, 437, Oxford, 1988.

32 B. Dangreux; A. Desbat; M. Picon; A. Schmitt, "La production d'amphores à Lyon", in F. Laubenheimer ed., *Les Amphores en Gaule. Production et Circulation (Table ronde internationale, Metz 1990)*, CNRS, Paris, 1992, pp.37-49.

33 M. Beltran Lloris, *ob. Cit.*

34 J. Miró, *ob. Cit.*

35 J.-Y. Empereur e A. Hesnard, "Les Amphores Hellénistes", in: *Les Céramiques Hellénistiques et Romaines*, II, Paris, Les Belles Lettres, 1987, p.36.

36 C. Fabião, "As Ânforas", in J.U.S. Nolen, *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa*, Secretaria do Estado da Cultura, Instituto Português de Museus, Lisboa, 1994, p.19.

37 Cf. P.R. Sealey, *ob. Cit.*, pp.37-38 ; D. Williams, "Petrological examination of amphorae from Colchester Sheepen", in: P.R. Sealey, *ob. Cit.*, p. 158.

38 *Ibidem*, p.37.



### 3.5. A Classe 31 (=Dressel 28)

O Ocidente produziu, também, uma ânfora de pequenas dimensões, de fundo plano, enquadrável na Classe 31 (=Dressel 28), que se pode considerar como um dos mais mal estudados contentores de vinho produzidos em época romana<sup>39</sup>.

As ânforas desta Classe terão, muito provavelmente, começado a ser fabricadas a partir de finais do século I a.C., na Gália Narbonense<sup>40</sup>, na Tarraconense<sup>41</sup> e na Bética<sup>42</sup>. Contudo, tal como as ânforas da Classe 10 (=Dressel 2/4), principalmente as da província da Bética, tiveram uma produção / difusão muito limitada, sendo, quase exclusivamente, destinadas a um abastecimento circunscrito aos centros de consumo mais próximos.

Em Santarém, recolheram-se vários exemplares integráveis nesta Classe, que, pelas características petrológicas que apresentam, verificámos tratar-se de produções típicas do médio Guadalquivir. As suas características morfológicas – bocal de perfil bastante exvasado, com as molduras acentuadas, tendo a moldura inferior dimensões muito mais reduzidas, e com uma asa de secção circular, com sulco longitudinal (típico das produções do Guadalquivir) – afastam-nos dos tipos tradicionais, pelo que, julgamos estar perante exemplares morfológicamente arcaizantes.

## 4. As Ânforas Vinárias da Bética no Contexto das Importações Vínicas de Santarém:

### *Situação e Discussão.*

O estudo que temos vindo a realizar sobre as ânforas recolhidas em Santarém permite afirmar, tal como já referimos, que as importações de vinho romano se iniciaram neste sítio a partir da época republicana.

As ânforas vinárias de fabrico italiano - Classes 2 (=greco-italica), 3-5 (=Dressel 1), 8 (=Lamboglia 2) e 10 (=Dressel 2-4) - estão presentes em grande quantidade, 49,6% do total das importações vinárias, estando o seu estudo detalhado em fase de conclusão. Podemos, no entanto, desde já adiantar que, neste conjunto, se registaram apenas dois fragmentos de bordos da Classe 2 (=greco-italica), e uma asa e dois fundos da Classe 10 (=Dressel 2-4). Entre as importações vinárias itálicas, a Classe 3 (=Dressel 1A) domina no inventário, apesar de as Classes 4 (=Dressel 1B) e 5 (=Dressel 1C) terem também uma presença significativa. As importações da costa adriática e da área meridional da Apúlia e da Calábria são diminutas, tendo-se recolhido apenas quatro fragmentos integráveis na Classe 8 (=Lamboglia 2).

A grande maioria destas importações decorre entre o segundo quartel do século I a.C. e os inícios do último quartel do mesmo século. A análise dos contextos arqueológicos definidos possibilita-nos, também, afirmar que no 2º quartel do século I a.C. o vinho

39 C. Fabião, "O vinho na Lusitânia: reflexões...", p.179.

40 F. Laubenheimer, *La Production des Amphores en Gaule Narbonnaise*, CNRS, 66, Paris, 1985.

41 J. Miró, *ob. Cit.*

42 Colls *et alii.*, *ob. Cit.*; B.Liou e C. Domergue, "Le Commerce de la Bétique au 1er siècle de notre ère. L'Épave de Sud-Lavezzi 2 (Boniface, Corse du Sud)", *Archaeonautica*, 10, Paris, 1990.

italiano é, ainda, o único importado a ser consumido em Santarém, uma vez que as ânforas das Classes 3-5 (=Dressel 1), surgem em contextos em que a Classe 15 (=Haltern 70) não está presente.

É num momento ainda mal definido de meados do século I a.C., que se iniciam as importações vînicas da Bética, permitindo, pois, observar uma tendência para a substituição progressiva, contudo parcial, das ânforas vinárias de fabrico itálico. O vinho italiano continuará, igualmente, a ser importado até aos inícios do último quartel desta centúria, sendo evidente, no entanto, a acentuada diminuição do seu volume, comparativamente com o bético. A frequência vestigial da Classe 10 (=Dressel 2-4) itálica em Santarém pesa, também, a favor desta hipótese.

As primeiras importações vinárias da Bética em Santarém estão, segundo cremos, directamente relacionadas com o momento de arranque das suas produções anfóricas. Tal facto deve-se não só à panóplia de materiais que lhes está associada no registo arqueológico, bem como às características morfológicas dos próprios exemplares anfóricos recolhidos, sendo este um dos aspectos que mereceu da nossa parte uma maior atenção. Assim, por um lado, constata-se a presença de "reproduções" béticas de tipos itálicos - concretamente de exemplares integráveis na Classe 3 (=Dressel 1A) - nas primeiras presenças de vinho bético em Santarém, que não alcançam, no entanto, um valor significativo. Por outro lado, estão presentes as ânforas da Classe 15 (=Haltern 70), das quais se destaca um considerável número de exemplares de características morfológicas possivelmente mais arcaicas, que poderão, eventualmente, corresponder a um momento inicial da produção desta Classe.

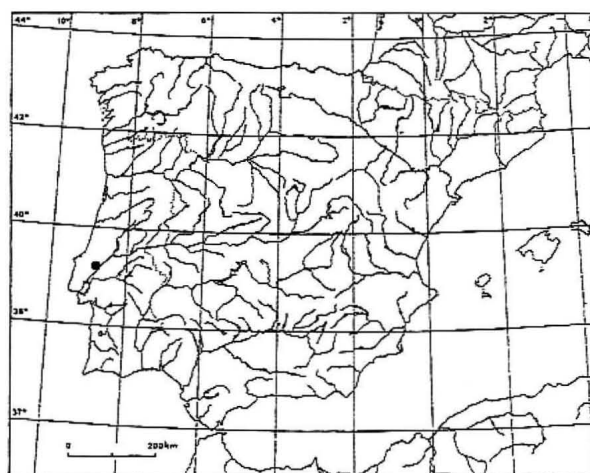
Durante a 2ª metade do século I a.C., paralelamente ao crescendo das importações de vinho envasado em ânforas da Classe 15 (=Haltern 70), surgirá, ainda que ocasionalmente, um contentor de menores dimensões e de distinta morfologia - também destinado a envasar o vinho da Bética e proveniente dos mesmos centros produtores -, enquadrável na Classe 31 (=Dressel 28). O facto de estes contentores terem tido uma produção / exportação diminuta deve ser realçado, porque confere uma particular importância à sua presença em Santarém. Também durante esta fase se regista a presença, mais uma vez vestigial, de exemplares da Classe 6 (=Dressel 1 / Pascual 1), de proveniência tarraconense. Tal facto não é de estranhar, uma vez que, como é sabido, os contentores da Tarraconense eram destinados, preferencialmente, a outras paragens, designadamente a Galia, o *limes* germânico e Roma.

Tanto quanto nos é possível observar, esta tendência de substituição progressiva do vinho itálico pelo hispânico, durante a 2ª metade do século I a.C., ter-se-á processado rapidamente e num espaço de tempo relativamente curto.

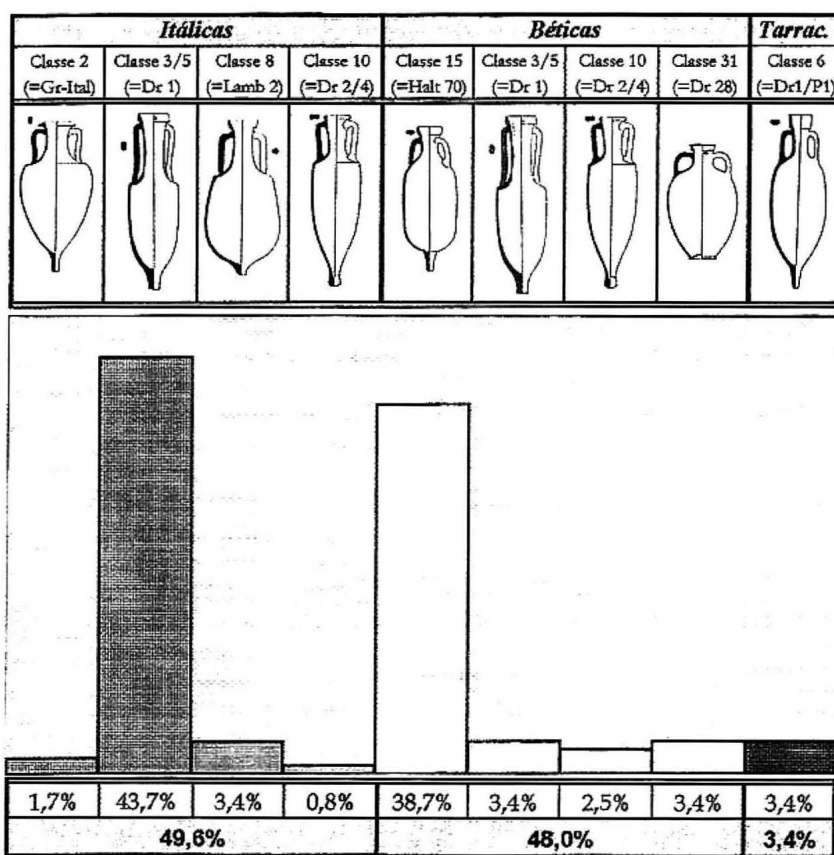
Durante o período julio-claudiano, a presença de ânforas itálicas da Classe 10 (=Dressel 2-4) é, tal como já referimos, praticamente nula, facto que deve, obrigatoriamente, ser equacionado com o elevado índice de importação das ânforas béticas da Classe 15 (=Haltern 70), e da Classe 10 (=Dressel 2/4), apesar da pouca expressão destas últimas nesta colónia romana da Lusitânia. Durante este período, o vinho da *Hispania* meridional, maioritariamente envasado em ânforas da Classe 15 (=Haltern 70), dominará totalmente o panorama das importações vînicas de Santarém.

As condições específicas deste sítio arqueológico, onde os níveis imperiais foram, como já dissemos, particularmente afectados pela ocupação islâmica, não permitem ler, com a devida nitidez, o ritmo das importações a partir dos meados do século I d.C.. No entanto, alguns indícios levam-nos a pensar que, em Santarém, tal como na maioria dos outros centros de consumo do Império, o vinho bético perdeu importância, deixando de ser importado e, logicamente consumido, a partir do final da época Flaviana.

Lisboa, Dezembro de 1999



1,1



12

Tipo I	Tipo II	Tipo III	Tipo IV	Tipo V	Tipo VI	Tipo VII	Tipo VIII

13

